



165

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002585-89.2014.8.17.0000 (0330091-6)

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEZERROS/PE

IMPETRANTE: DR. FERNANDO CARDOSO

PACIENTE: SEVERINO MANOEL DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RÉU PRESO NO ESTADO DO TOCANTINS. DEMORA PARA TRANSFERÊNCIA DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO PROVOCADA PELA FUGA DO PACIENTE DO DISTRITO DA CULPA. INÉRCIA DO JUÍZO. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO SUPERADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 64, DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não configura coação ilegal a ser sanada pela via do remédio heróico constitucional, a demora no recambiamento do paciente, visto que o Juízo de origem empreendeu ingentes esforços visando obter informações, com vista a providenciar a transferência do acusado, que foi preso no Estado do Tocantins, fugido que estava do distrito da culpa, há cerca de 18 anos, buscando se eximir da aplicação da lei penal. Precedentes do STJ.

II – Considerando que, ao fugir do distrito da culpa, o paciente deu causa ao retardo do seu julgamento e a sua soltura resultará em sua impunidade, visto não haver qualquer garantia de que o mesmo se apresentará espontaneamente para ser julgado, deve, a ordem, ser denegada, oficiando-se ao Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos para que providencie o recambiamento do paciente. Inteligência da Súmula nº 64/STJ.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.



166

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002585-89.2014.8.17.0000 (0330091-6)

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEZERROS/PE

IMPETRANTE: DR. FERNANDO CARDOSO

PACIENTE: SEVERINO MANOEL DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0330091-6** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, pela denegação da ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de MAIO

de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator





167

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002585-89.2014.8.17.0000 (0330091-6)

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA
COMARCA DE BEZERROS/PE

IMPETRANTE: DR. FERNANDO CARDOSO

PACIENTE: SEVERINO MANOEL DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO
BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de habeas corpus liberatório impetrado pelo Dr. Fernando Cardoso com pretensão liminar, em favor de Severino Manoel da Silva, alegando que **o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão do decreto de prisão preventiva exarado em seu desfavor no âmbito do processo-crime a que responde perante o Juízo de Direito da Comarca de Bezerros, neste Estado, ao argumento de se encontra preso na Casa de Prisão Provisória da Comarca de Paraíso do Tocantins, no Estado do Tocantins, desde o dia 17/05/2013.**

Aduz a inicial que até a data da impetração do presente writ, ainda não foi providenciado o seu recambiamento para a comarca de onde se originou a ordem prisional impugnada, havendo sido expedida carta precatória para a Comarca de Tocantins, no sentido de que seja ouvido o acusado, ora paciente.

Alega que a inércia estatal injustificada em efetivar o recambiamento do paciente para o Estado de Pernambuco configura retardamento da marcha processual, pelo que requer a soltura do paciente, comprometendo-se a apresentar-se o mesmo imediatamente ao juízo processante.

A inicial veio desacompanhada de documentos de fls. 08/143.

A análise do pedido liminar foi postergada para após as informações solicitadas à autoridade apontada como coatora, às fls. 150.

Em sua resposta, o magistrado de piso informou que o paciente **"foi denunciado por ter supostamente praticado o crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal, contra a pessoa do vigilante José Guilherme de Lima, no dia 18/12/1995, na portaria do Motel do Posto Shell, no município de Bezerros/PE, tendo se**



168

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

evadido do distrito da culpa e capturado apenas na data de 17/05/2013, em Paraíso do Tocantins/TO", é o que se lê às fls.154.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem.

É o que há a relatar.

Recife, 06 de MAIO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



169

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002585-89.2014.8.17.0000 (0330091-6)

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEZERROS/PE

IMPETRANTE: DR. FERNANDO CARDOSO

PACIENTE: SEVERINO MANOEL DA SILVA

PROCURADOR: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO

De início, verifico que no presente *habeas corpus* liberatório impetrado em favor do paciente Severino Manoel da Silva, sob alegação de que a demora no recambiamento do paciente do Estado do Tocantins, onde encontra-se recolhido, para o Estado de Pernambuco configura retardamento da marcha processual a prejudicar o acusado, **não se reveste de ilegalidade.**

Isto porque, nas informações complementares prestadas pelo Juízo de primeiro grau, restou esclarecido que o acusado, ora paciente, foi denunciado pela suposta prática de **homicídio ocorrido em data de 18/12/1995**, contra a pessoa de José Guilherme de Lima, na portaria do Motel do Posto Shell, **em Bezerros.**

A denúncia foi recebida em 15/02/1996, no entanto **o réu não foi localizado para ser citado pessoalmente, oportunidade em que fora decretada a sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, procedendo-se, em seguida, à sua citação por edital. Nesse contexto, foi decretada a suspensão do feito, com realização de audiência de ouvida das testemunhas arroladas pela acusação, como medida de produção antecipada de provas, nomeando-se defensor dativo ao réu.**

Informa, ainda, o magistrado de piso que **foram feitas diversas tentativas de localizar o réu, todas sem êxito**, através da expedição de ofícios ao DETRAN/PE e DETRAN/CE, TRE e Cartório de Registro de Imóveis local, **mas que apenas após uma denúncia anônima à Procuradoria da República do Estado do Tocantins, realizada em abril de 2013, o mesmo foi localizado e capturado.**

Só a partir desse momento, e passados aproximadamente 18 anos da data do fato, é que o réu foi localizado, citado, passando a fluir a marcha processual por ora suspensa.



170

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Noticia o magistrado singular que já solicitou várias vezes o recambiamento do paciente ao Estado do Tocantins, desde a data em que a prisão do mesmo foi comunicada, o que ocorrera em 17/05/2013.

Consoante se verifica do documento acostado às fls. 35/35-v, o paciente teve a sua prisão preventiva decretada em 22/12/1995, em atendimento à representação policial, encontrando-se em lugar incerto e não sabido até ser preso no Estado do Tocantins em maio de 2013, o que demonstra, iniludivelmente, que **o acusado se evadiu do distrito da culpa, com intuito de se furtar à aplicação da lei penal, nos autos a que responde pelo cometimento do crime de homicídio ocorrido há cerca de 18 anos, circunstância que, por si só, obsta a revogação da custódia cautelar.**

À vista disso, entendo não configurar, na hipótese vertente, a coação ilegal alardeada na peça de ingresso, até porque não se verifica qualquer desídia por parte da autoridade indigitada coatora, **não se podendo olvidar que, in casu, o Estado-Juiz não mensurou esforços objetivando o recambiamento do paciente, ex vi das fls. 95, 99, 100, 101 e 127 dos autos, tendo o Juízo processante oficiado às autoridades competentes objetivando a consecução de tal desiderato, sem, contudo, lograr êxito.**

Vê-se, pois, que o próprio paciente deu azo ao seu infortúnio, porquanto, acaso tivesse permanecido na comarca em que ocorreu o fato delituoso de que se trata, respondendo regularmente a todos os termos da ação penal, ao invés de foragir para o Estado do Tocantins, não estaria aguardando o seu recambiamento para este Estado de Pernambuco, com vistas a se submeter a julgamento perante o Tribunal do Júri, fato que afasta a alegação de coação ilegal, fazendo incidir, na espécie, o entendimento sumular, a saber:

Súmula 64/STJ - "NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA."

Nessa senda, é o seguinte julgado:

"O prolongamento da instrução criminal ocorreu em razão da necessidade de recambiamento do paciente. Dessa forma, não se reconhece o alegado constrangimento ilegal, uma vez que a fuga do acusado do distrito da culpa foi a causa determinante do irregular andamento da ação penal, o que atrai a incidência do enunciado sumular n.º 64 desta Corte.



171

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Ordem denegada.” (STJ, HC 59.226/PI, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, 5ª Turma, Julgamento: 19.09.2006, Publicação: 16.10.2006, DJ p. 405)

Ante o exposto, considerando que, ao fugir do distrito da culpa, o paciente deu causa ao retardo do seu julgamento e que a sua soltura resultará em sua impunidade, visto não haver qualquer garantia de que o mesmo se apresentará espontaneamente para ser julgado, filiando-me ao posicionamento da Douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **denegar a ordem**, determinando **seja oficiado ao Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**, juntando-se ao ofício as principais peças, para **que providencie o recambiamento do paciente**.

É como voto.

Recife, 06 de MAIO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator